

# Revista de Comunicação Científica: RCC



# ARTIGO

## A CRISE DO CAPITAL: O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

The capital crisis: the state and public educational  
policies in Brazil

La crisis de capital: el estado y las políticas  
educativas públicas en Brasil

William James Vendramini  
Doutorando do Programa de Pós-graduação  
Mestrado e Doutorado em Geografia da  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul -  
UFMS-CPTL.  
ORCID: 0000-0002-7738-2276  
E-mail: william@unemat.br

Maria Dilnéia Espíndola Fernandes  
Professora Titular da Universidade Federal de  
Mato Grosso do Sul, Credenciada no Programa de  
Pós-Graduação em Educação (UFMS/PPGEdu).  
ORCID: 0000-0001-5218-8541  
E-mail: mdilneia@uol.com.br

Como citar este artigo:

VENDRAMINI, W. J; FERNANDES, M. D. E. A  
crise do capital: o Estado e as políticas públicas  
educacionais no Brasil. In Revista de  
Comunicação Científica – RCC, Maio./Ago., Vol. I,  
n. 12, pgs. 123-138, 2023. ISSN 2525-670X.  
Disponível em:  
<https://periodicos.unemat.br/index.php/RCC/index>

Volume I, número 12 (2023)  
ISSN 2525-670X

## A CRISE DO CAPITAL: O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

The capital crisis: the state and public educational policies in Brazil

La crisis de capital: el estado y las políticas educativas públicas en Brasil

### Resumo

Este estudo visa realizar uma síntese dos principais elementos que provocaram a crise no capital moderno, focando em conceitos basilares sobre estado e política, com elementos que descrevem as políticas públicas educacionais no Brasil a partir dos anos de 1980, uma vez que a crise do estado moderno, ocasionou mudanças profundas na estrutura política global, resultando em alterações nas condutas ideológicas e no surgimento de outras formas de governo a partir de políticas neoliberalismo. Para tal, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, para explorar informações e conceitos com elementos qualitativos. Os resultados apontam que houve no Brasil uma reestruturação política, passando para o neoliberalismo, alterando a estrutura da educação, gerando política públicas para a educação embasados em parâmetros de países europeus e norte-americano.

**Palavras-chave:** Crise. Estado. Política. Educação.

### Abstract

This study aims to carry out a synthesis of the main elements that provoked the crisis in modern capital, focusing on basic concepts about state and politics, with elements that describe public educational policies in Brazil from the 1980s onwards, since the state crisis modern, caused profound changes in the global political structure, resulting in changes in ideological conduct and the emergence of other forms of government based on neoliberal policies. To this end, bibliographical research was used to explore information and concepts with qualitative elements. The results indicate that there was a political restructuring in Brazil, moving to neoliberalism, changing the structure of education, generating public policies for education that were based on parameters from other countries, mainly European and North American.

**Keywords:** Crisis. State. Policy. Education.

### Resumen

Este estudio tiene como objetivo realizar una síntesis de los principales elementos que provocaron la crisis del capital moderno, centrándose en conceptos básicos sobre el Estado y la política, con elementos que describen las políticas públicas educativas en Brasil a partir de la década de 1980, desde que la crisis del Estado moderno, provocó cambios profundos en la estructura política mundial, que se traducen en cambios en la conducta ideológica y el surgimiento de otras formas de gobierno basadas en políticas neoliberales. Para ello, se utilizó la investigación bibliográfica para explorar información y conceptos con elementos cualitativos. Los resultados indican que hubo una reestructuración política en Brasil, pasando al neoliberalismo, cambiando la estructura de la educación, generando políticas públicas para la educación que se basaron en parámetros de otros países, principalmente europeos y norteamericanos.

**Palabras clave:** Crisis. Estado; Política. Educación.

## **Introdução**

A crise do capital moderno, ocasionou mudanças profundas na estrutura política global, resultando em alterações de condutas ideológicas e no surgimento de formas de governo, que embalados por condutas do eurocentrismo, buscaram se equiparar e ajustar um sistema político com características neoliberais, devido ao enfraquecimento do controle do Estado em relação a sua soberania para governar um povo dentro de uma área territorial delimitada, mas que para os países mais fortalecidos, ultrapassam fronteiras, através de poder financeiro, bélico, militar, tecnológico, dentre outras relações, na chamada globalização.

A crise do capital tem impactos profundos em diferentes esferas da sociedade, incluindo a educação. No Brasil, a relação entre o Estado e as políticas públicas educacionais tem sido crucial para enfrentar os desafios decorrentes dessa crise. Neste artigo, vamos explorar a crise do capital, discutir o papel do Estado na formulação e implementação de políticas públicas educacionais e analisar a situação no Brasil.

Esse processo diante da crise do estado moderno, provoca uma corrida dentre os países que utilizam o sistema capitalista como política econômica e postura ideológica. Ressaltamos, que a crise do estado moderno que se refere diretamente à crise da hegemonia neoliberal e à progressiva desestruturação do Estado de bem-estar social, desde fins da década de 1970. É uma crise que se expressa, na perda de hegemonia política das posições social-democratas e trabalhistas frente às posições neoliberais.

Essa crise é caracterizada por uma série de desafios socioeconômicos que afetam o sistema capitalista global. Esses desafios incluem a desigualdade crescente, a precarização do trabalho, a exclusão social, a degradação ambiental e a concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos. Essa crise tem implicações diretas na educação, uma vez que afeta a distribuição de recursos, a qualidade dos serviços educacionais e o acesso equitativo à educação.

Diante da crise do capital, o Estado assume um papel fundamental na formulação e implementação de políticas públicas educacionais. O Estado tem a responsabilidade de garantir o acesso universal à educação, promover a equidade,

financiar as instituições educacionais, estabelecer padrões de qualidade, fornece recursos adequados e formular políticas que atendam às necessidades da população.

No contexto das políticas públicas educacionais, o Estado desempenha um papel central na criação de um ambiente propício para o desenvolvimento da educação. Isso envolve a elaboração de marcos legais, a definição de diretrizes curriculares, a alocação de recursos financeiros, a formação e valorização dos profissionais da educação, a avaliação e monitoramento da qualidade educacional, entre outras ações.

Compreender a função do Estado e suas formas de atuação nas políticas, bem como ele se coloca na sociedade em que se relaciona, é fundamental para que se possa compreender a própria sociedade, visto que o,

Estado nada mais é do que uma sociedade constituída por um grupo de indivíduos organizados, em os grupos familiares, profissionais, educativos, políticos, religiosos, que buscam objetivos em comum. (GUIDDENS, 2005, p.48).

No Brasil, as políticas públicas educacionais têm sido alvo de debates acalorados e enfrentam desafios significativos. A desigualdade social e econômica, a falta de investimento adequado, a infraestrutura precária, a carência de formação de professores, a defasagem curricular e a falta de acesso equitativo à educação são alguns dos problemas enfrentados pelo sistema educacional brasileiro.

Nos últimos anos, foram implementadas políticas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA). Essas iniciativas buscam enfrentar desafios específicos, como a necessidade de qualificação profissional, o acesso à educação superior e a melhoria da infraestrutura das escolas de educação infantil.

O objetivo deste estudo é realizar uma síntese dos principais elementos que provocaram a crise do estado moderno e seus reflexos nas políticas públicas educacionais do Brasil, buscando a partir de referências bibliográficas, pautar elementos referentes ao Estado, a política e a educação. Para isso embasou-se em pesquisa em livros revistas e sites de instituições governamentais;

Para isso utilizou-se a metodologia a partir de pesquisas em referências bibliográficas, que segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos, baseados em critérios técnicos sendo qualitativa e exploratória. Realizou-se um percurso no processo de materialização histórico e dialético, buscou-se conceitos referente a elementos como o Estado, política, a crise do estado moderno e as política educacionais com exemplos do Brasil.

Nesse aspecto, apresentaremos uma pesquisa apontando definições e conceitos basilares, na visão de alguns autores, referente ao que se entende por Estado, Política, Educação e políticas públicas educacionais.

Consideramos que a questão político partidária influencia e direciona a partir de ideologias individuais para a criação e implantação de política públicas coletivas mais homogêneas.

### **Referencial teórico: conceitos orientativos**

Quando tratamos de questões referente ao Estado, suas formas de políticas, suas relações de poder e seu sistema econômico, temos muitos autores como Gramsci (1980), Harvey (2005, 2008), Giddens (2005), Mészáros (2004), Maquiavel, Mark e Hegel, que descrevem, cada uma em seu tempo, as relações de poder, controle e manipulação da sociedade, para tender aos interesses da burguesia. Por isso é importante conhecer as estruturas do Estado e seus fundamentos, que geralmente apresentam aspectos com um “duplo padrão” onde as sociedade de classe, se beneficiam ou são prejudicadas a partir da sua condição político-financeira.

A expressão “Estado” surge, por primeiro, na magnum opus da ciência política moderna, “O Príncipe”, de Nicolau Maquiavel, no ano de 1532. Não significa, contudo, que não exista a referida organização politicamente organizada antes do então período. Aliás, para a Teoria Geral da Política, o mero nome é irrelevante, sendo o essencial a conexão que a expressão se refere, a de “sociedade política dotada de algumas características definidas”, conforme salienta Dalmo Dalarri (2011, p. 59).

De acordo com a máxima aristotélica “o homem é naturalmente um ser sociável e político”, não é, o Estado, invenção mirabolante de um engenhoso sábio, tendo o seu surgimento condicionado, portanto, ao próprio ser humano. Nesta ordem, conforme estabelece Celso Ribeiro de Bastos, “O Estado é a mais complexa das organizações criadas pelo homem”. O Estado é conforme ensina Marx (2010b, p. 59-60),

(...) a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade. [...] Ele repousa sobre a contradição entre a vida privada e a vida pública, sobre a contradição entre interesses gerais e particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa [...] mais ainda, frente às consequências que brotam da natureza social desta vida civil, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria [...] impotência é a lei natural da administração. [...] A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis.

O Estado, que surge como um poder situado, na aparência, acima da sociedade, mas que, na sua essência, é fruto dos conflitos inerentes à sociedade de classes. Assim, a origem do poder do Estado é a própria sociedade. Nessa perspectiva cada sociedade, articula e defini um sistema político.

No Estado político revela-se que a ‘personalidade abstrata’ é a mais elevada personalidade política, a base política de todo o Estado. Do mesmo modo, no morgadio, revela-se o direito dessa personalidade abstrata, a sua objetividade, a ‘propriedade privada abstrata’ como a suprema objetividade do Estado, como seu direito supremo à existência. (MARX, 2010a, p. 123).

Uma perspectiva se refere a função do estado e suas relações com as sociedade de classe burguesa, que direcionam e influenciam as políticas estatais para atender seus interesses, nesse sentido Mézáros afirma:

O que parece predominar na função social exercida pelo Estado são os interesses em jogo da classe dominante, os quais necessitam do apoio mais ou menos ativo do Estado. Em período de crise estrutural a atuação do Estado, sempre necessária e presente no auxílio e proteção da reprodução ampliada do sistema do capital, torna-se ainda mais importante, comprometendo-se com a própria sustentação direta de atividades de produção e circulação de valor. A "colaboração do Estado se torna crescentemente intervencionista". (MÉSZÁROS, 2002, p.698).

No decorrer do tempo, a instituição Estado, passa por modificações a partir das novas necessidades e demandas do sistema capitalista, culminando e uma política voltada para questões mais para o consumismo e acumulação de capital, surgem no século XX os “Estado Social (ou Estado de Bem-Estar social)” e o “Estado Socialista”. O primeiro conserva o modo de produção capitalista, mas com determinadas políticas no sentido de realizar políticas pública a fim de amenizar as diferenças sociais inerentes ao sistema de economia de mercado, como a existência de leis trabalhistas, proteção aos hipossuficientes e, em alguns casos, a partir do Estado interventor keynesiano. O segundo, tem por objeto, em regra, a doutrina marxista, no qual há a socialização dos meios de produção, a planificação econômica e o Estado como único promotor de bens e serviços. Neste sentido, Mézsáros (2015) adverte que o Estado socialista renuncia ao modo de produção capitalista e, logicamente, a livre iniciativa, o livre-mercado e a propriedade privada dos meios de produção, em um caminho neoliberal.

podemos interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Defenderei a seguir a ideia de que o segundo desses objetivos na prática predominou. A neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação do capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou, em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo), na criação do poder de uma elite econômica. (HARVEY, 2008, p.27).

Harvey (2008), aponta para a valorização dos modos desiguais, parciais, assimétricos e conflitivos de desenvolvimento geográfico e institucional do neoliberalismo, segue o fundamental dessa interpretação econômica-política. Para ele, a restauração do poder de classe das elites econômicas nos países centrais era um elemento especial da virada neoliberal. Isso poderia ser explicado por que, embora,

em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (HARVEY, 2008, p. 12)

Com a política ideológica do neoliberalismo que incentiva o individualismo, o desenvolvimento de pessoas empreendedoras, tirando a responsabilidade do Estado em criar empregos, porém inicia-se uma crise do Estado moderno, vinculado a política de bem-estar social, os interesses das multinacionais fazendo pressão em função do capitalismo e a redução da soberania das decisões estatais, teóricos buscam nesse interim uma alternativa, uma das soluções seria a chamada terceira via.

A terceira via ou esquerda modernizadora ou social-democracia modernizadora, diz respeito a uma proposta que localiza no centro político, capaz de dar respostas a questões que a esquerda-direita não consegue responder, aceita uma divisão do cenário político, capaz de desenvolver um projeto político integrado e forte, par combater as desigualdades, dentro do contexto contemporâneo e responder de forma satisfatória a globalização. (GIDDENS, 2005, p.78).

De acordo com Danner (2012) de todo modo, a primeira década deste século XXI, mesmo nas sociedades menos desenvolvidas (como é o caso do Brasil), marca o compasso de uma reconsideração enfática e positiva do papel do Estado na vida socioeconômica, correlatamente ao descrédito da posição neoliberal. Isso significa que a centralidade desse mesmo Estado no que tange à intervenção econômica e à integração social torna-se inquestionável e, mais ainda, uma necessidade para a manutenção da estabilidade da sociedade de uma maneira geral e do mercado em particular. É nesse sentido, inclusive, que a esquerda entra fortalecida no século XXI, como pode-se perceber pela sua hegemonia em vários países ocidentais, desde então.

A nova economia mista busca [...] uma sinergia entre os setores público e privado, utilizando o dinamismo dos mercados, mas tendo em mente o interesse público. Ela envolve um equilíbrio entre regulação e desregulação, em um nível transnacional, bem como em níveis nacional e local; e um equilíbrio entre o econômico e o não econômico na vida em sociedade. O segundo é pelo menos tão importante quanto o primeiro, mas alcançado em parte por meio dele. (GIDDENS, 2000, p. 109-110).

Assim, se aceitarmos a premissa de que a crise econômica é inerente ao sistema capitalista, então também devemos aceitar que a crise no sistema político-representativo é inerente ao Estado burguês, sendo o elo, o não controle da própria hegemonia do mercado controlado pelas multinacionais e transnacionais, ocasionando, assim, a crise de sua própria soberania. Neste estágio, o Estado deixa



de ser um realizador de políticas públicas e promotor do bem-comum (no sentido aristotélico da expressão) e se torna uma expressão do individualismo, demonstrando uma imensa crise de identidade.

### **Resultados e discussões: ação do estado e política públicas educacionais**

A análise desenvolvida nesse estudo, tem o Estado e as políticas públicas educacionais no Brasil, onde os dados da materialidade histórica, descrevem ações implementadas a partir da crise do estado moderno, dentre as ações a descentralização e a federalização do sistema nacional de ensino se destacam, por interferir no processo de ensino aprendizagem em todos os níveis de educação (fundamental, médio e superior). Esse processo mais atualmente se intensificou com as novas ideologias político partidária das duas últimas gestões no país.

Pode-se dizer que o processo de descentralização não é homogêneo, pois segue a uma lógica da organização federativa, no sentido de ordenar responsabilidades administrativa, financeiras e pedagógicas, instaurar gestão democrática, a luz da Lei de Diretrizes e Bases (LDB de 1996) e agora da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que entrou em implantação nas escolas estaduais de educação básica a partir de 2018 e agora inclina-se para implantação nas Universidades do Brasil

A descentralização implica a distribuição espacial do uso e controle do poder e pode, de forma abrangente, ser definida como “um processo (dinâmica político-social) que visa importantes mudanças em relação à forma de governo (descentralização política), à gestão (descentralização administrativa) do sistema educacional, mediante redistribuição e/ou delegação do poder, relacionados às estruturas (organizacionais), aos atores (institucionais, grupais e individuais) e aos processos estratégicos, seja em nível espacial (subnacionais e subsetoriais), seja em certas áreas e funções ou em relação a algumas instituições (descentralização funcional)”. (MENEZES, 2001, p.01).

No entanto entendemos que o processo de descentralização para uma escola democrática que possui autonomia nas decisões não acontece na prática, pois as unidades educacionais, precisam seguir regras e normativas criteriosas, que não permitem espaço para contrapor ou ajustar procedimentos administrativos e

pedagógicos. Na teoria a descentralização trará muitos benefícios para o sistema educacional e para um processo de ensino-aprendizagem de forma positiva, mas na prática a liberdade de escolha dos envolvidos com a educação ainda não se apresenta de forma satisfatória.

Com relação a federalização do sistema nacional de ensino, Saviani (2010, p.380) em sua exposição textual feita no Simpósio de Abertura da Conferência Nacional de Educação (CONAE), em Brasília, explica o sentido de sistema “sequenciamento ou método de ensino”, que no Brasil existem vários tipos de sistemas considerando que “o termo sistema se revela polissêmico, prenhe de ambiguidades e imprecisões”. O autor defende a federalização de um sistema nacional de educação, para que as unidades federativas e seus municípios tenham um parâmetro curricular e um método para obter objetivos e habilidades dos educandos em todo o país, melhorando os índices de aprendizagem.

Esse processo de federalização de um sistema nacional de ensino é inspirado em modelos europeus, que teve como uma de suas vertentes a negação do estado nacional, onde,

No caso da educação, para ficar no nosso campo de interesse, o discurso da autonomia local ou regional com as normas decorrentes teve efeitos bem diferentes do proclamado, o que pode ser constatado tanto no plano diacrônico, isto é, historicamente, como no plano sincrônico, ou seja, nas condições atuais. Assim, por exemplo, a historiografia registra que o Ato Adicional de 1834 teve o propósito de descentralizar a instrução primária conferindo maior grau de autonomia às províncias, o que lhes permitiria maior margem de criatividade e adequação da instrução às suas necessidades e características específicas. Mas não foi propriamente isso o que ocorreu. A tendência que prevaleceu foi que, embora as reformas do governo imperial tivessem validade apenas para o chamado município neutro, isto é, a cidade do Rio de Janeiro, capital do Império, as províncias acabavam por tomá-las como modelo na organização da instrução pública nos respectivos territórios, reproduzindo as mesmas medidas adotadas pelo governo central. E isso vem se repetindo, em maior ou menor grau, até os dias atuais. (SAVIANI, 2010, p.383).

Como pode ser evidenciado, na prática a educação encontra-se engessada, controlada, articulando os processos de ensino com ideologias políticas subliminares que tem anseios pejorativos para os cidadãos brasileiros de forma geral, resguardando até certo ponto sua soberania e relações de poder na sociedade administrada pelo Estado.

Diante desse cenário quais as políticas públicas educacionais implementadas pelo Estado nos últimos anos?

No Brasil, nos últimos anos, foram implementadas diversas políticas públicas educacionais com o objetivo de promover melhorias na qualidade da educação e aumentar a equidade no acesso aos serviços educacionais. A seguir, mencionarei algumas das principais políticas implementadas pelo Estado brasileiro:

**Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC):** Lançado em 2011, o PRONATEC busca expandir a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica em todo o país, proporcionando oportunidades de qualificação para jovens e trabalhadores. O programa visa a inserção no mercado de trabalho e o desenvolvimento econômico.

**Programa Universidade para Todos (PROUNI):** Criado em 2004, o PROUNI tem como objetivo oferecer bolsas de estudos em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda. O programa visa facilitar o acesso à educação superior e promover a inclusão social.

**Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA):** Implementado em 2007, o PROINFÂNCIA visa promover a expansão e a melhoria da infraestrutura física das escolas públicas de educação infantil, com o objetivo de garantir ambientes adequados e estimulantes para o desenvolvimento das crianças.

**Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD):** O PNLD é um programa que fornece livros didáticos e materiais pedagógicos para escolas públicas de educação básica em todo o país. O programa tem como objetivo promover a qualidade da educação, contribuindo para a democratização do acesso a materiais educativos.

**Base Nacional Comum Curricular (BNCC):** Aprovada em 2017, a BNCC estabelece as aprendizagens essenciais que todos os alunos da educação básica devem desenvolver ao longo de sua formação. A BNCC busca garantir a equidade educacional, orientando a elaboração dos currículos e a definição dos conteúdos a serem trabalhados nas escolas.

Importante realizar uma divisão de políticas para a educação básica e o ensino superior. O conselho Nacional de Educação (CNE), foi fundamental para o

planejamento e implementação das políticas educacionais, que traria uma atualização de preceitos e regras estabelecidas pela LDB/9394/96, em consonância com as diretrizes do Ministério da Educação (MEC).

Para educação básica, tivemos os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN's (1998), as Diretrizes Curriculares nacionais- DCN's (2009), o Plano Nacional de Educação- PNE (2014) e mais atualmente a Base Nacional Curricular Comum – BNCC (2018-2021). A partir destes são implantadas a partir de leis, portarias e resoluções de algumas políticas como: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Programa Caminho da Escola, Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

Atualmente com a implantação da BNCC, está sendo implantado nas escolas públicas de educação básica o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, que apresenta um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares regulamentado pelo decreto 10.004/2019 e implantado pela portaria 040/2021/MEC. As escolas e estudantes passam por avaliações para aferir o nível de aprendizagem dos alunos, que possuem metas a curto, médio e logo prazo para serem alcançadas, dentre os instrumentos de avaliação temos a Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Para a educação superior, a partir da lei nº 5.540/68 e LDB/9394/96 que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências, tendo como validador o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. Para o ingresso e permanências nas Instituições de Ensino Superior (IES), cria-se em 1998 o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), que através do programa de Sistema de Seleção Unificada – SISU, permite o ingresso nas universidades.

Outras políticas foram, a Lei de Cotas é um instrumento que foi criado pelo Governo Federal para contemplar os estudantes de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas (PPI) e pessoas com deficiência (PcD) para auxiliar o

ingresso desses indivíduos no Ensino Superior, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Universidade para Todos (Prouni), além da avaliação das IES, os acadêmicos também passam por um processo de avaliação de aprendizagem ao fim do curso que é o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE

As políticas educacionais do Brasil têm o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), possuindo como missão subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo com intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país, como ação essencial para de criação, planejamento e implantação de política públicas em diversos níveis de aprendizado.

Dentro das políticas para a educação, outros programas atuam de forma complementar na área da alimentação, projetos pedagógicos e de pesquisa científica entre outros, que atuam como auxiliares no processo de ensino-aprendizagem em todos os níveis da educação.

Para superar a crise do capital e fortalecer as políticas públicas educacionais, é necessário um comprometimento efetivo do Estado. Isso implica na destinação de recursos adequados para a educação, na valorização dos profissionais da área, na implementação de ações integradas e na promoção da participação da sociedade civil na elaboração e acompanhamento das políticas educacionais. Além disso, é essencial combater as desigualdades educacionais, priorizando regiões e grupos mais vulneráveis, e investir em uma educação que promova o pensamento crítico, a criatividade e a formação integral dos estudantes.

Acreditamos que políticas públicas assim concebidas propõem reformas educacionais, colocam uma nova roupagem em antigos “problemas” e apresentam outros apresentando uma tentativa de evolução na educação brasileira. Porém, permite que essas “reformas”, solucionarem apenas parte do problema, na verdade forneçam condições para que o status quo se mantenha intacto, porque na verdade é disso que realmente se trata.

## **Considerações**

A crise do capital moderno que teve como consequência a perda da soberania, do controle da economia e do estado de bem-estar das implementado por políticas que visavam beneficiar a burguesia, mas que passam a possibilitar a evolução financeira e a beneficiar outras classes, o Estado começa a utilizar estratégias e implementar ações para não perder o controle do poder soberano desta forma forneçam condições para que o status quo se mantenha intacto.

Com a evolução desse processo de crise, o Brasil que desde 1988, tem como forma de governo a democracia, que permite em tese a liberdade de expressão e escolha de representantes político, o sistema político passa de liberal para neoliberal, para satisfazer anseios das multinacionais e a classe burguesa do país. Uma das frentes de ação é a articulação e implementação de políticas educacionais para atender e diminuir as desigualdades e nível de ensino nacional.

Dentre os aspectos direcionados a educação destacam-se cada vez mais, o processo de descentralização, federalização de sistema nacional de ensino e políticas públicas para a educação, que apresentam na teoria uma proposta interessante com metas e objetivos que de modo geral uma boa probabilidade, porém são extraídas de programas executados em países europeus, que possuem uma dinâmica sócioterritorial, político e econômica, completamente diferente do Brasil, onde as características e especificidades de nossas unidades federativas e municípios não foram bem pensados, apresentando na prática, problemas na execução desses programas.

No entanto, é importante reconhecer que ainda há muito a ser feito. A crise do capital amplia as desigualdades e coloca em evidência a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento e as políticas educacionais. Investimentos adequados, formação de professores e investimento em políticas públicas e infraestrutura nas Instituições de ensino de todos os níveis. A crise do capital tem impactos significativos nas políticas públicas educacionais no Brasil, desafiando o Estado a buscar soluções efetivas para garantir uma educação de qualidade para todos. É necessário um comprometimento firme em superar os desafios e promover ações.

Consideramos que este estudo, apresentou um breve panorama referente a crise do estado moderno e as reações do Estado brasileiro na implementação de políticas públicas educacionais e a questão político partidária influencia e direciona a partir de ideologias individuais para a criação e implantação de política públicas coletivas mais homogêneas. Até que ponto a reformas por políticas públicas na educação tem um propósito verdadeiro, no sentido de melhoria do nível de aprendizado da população brasileira? Sugerimos outros estudos mais aprofundados que poderão apresentar resultados mais detalhados.

### **Referências**

ABRÚCIO, L. F. **A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnósticos e propostas de aperfeiçoamento**. In: OLIVEIRA, R. P. de; SANTANA, W. (Orgs.). Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unesco/educacao\\_federalismo.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unesco/educacao_federalismo.pdf) Acesso 30 de jun de 2021.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de ciência política e teoria geral do estado**. São Paulo: Celso de Bastos, 2004.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado**. São Paulo: Saraiva, 2011.

DANNER Leno Francisco. Habermas e Giddens sobre a crise da esquerda ocidental: considerações em torno à crise do Estado de bem-estar social. **Revista Estudos Filosóficos** nº 9. 2012

GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, Cap 14: Governo e política. 2005.

GRAMSCI, Antonio. O moderno príncipe. In: **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HARVEY, D. **O neoliberalismo – história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, Cap. 3, O Estado Neoliberal. 2008.

HARVEY, David. A teoria marxista do Estado Cap. III. In: **A produção capitalista do espaço**. David Harvey. - São Paulo: Anablume, p. 75 – 94, 2005.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; Instituto Liberal, 1987.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbetes descentralização do ensino. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/descentralizacao-do-ensino/>>. Acesso em 08 jul 2021.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, Cáp. 3, “Política e Ideologia”, 2004.

MÉZSÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo A ordem sociometabólica do capital e o Estado em falência; conclusão, 2015.

PANIAGO, Maria Cristina Soares (org.). **Marx, Mézários e o Estado**. São Paulo: Instituto Luckács. Keynesianismo, neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado, 2012.

SAVIANI, D. **Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação**. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 44 maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a13.pdf> Acesso 01 de jun de 2021.

Recebido: 15/03/2023

Aprovado: 28/03/2023

Publicado: 01/05/2023